

GRITO

DOS EXCLUÍDOS E EXCLUÍDAS

VIDA!
EM PRIMEIRO
LUGAR!

BRASIL: 200 ANOS DE (IN)DEPENDÊNCIA. PARA QUEM?

ANO 28 - NÚMERO 77 - MAIO - 2022

Que país queremos CONSTRUIR?

Chegamos ao 28º Grito dos Excluídos e Excluídas com tarefas urgentes e inadiáveis para o processo de construção do Brasil Popular, onde a vida de todas as pessoas e da natureza esteja em primeiro lugar. Neste ano em que o poder antidemocrático do país celebrará os 200 anos da Independência do Brasil. (In)dependência para quem, eis a nossa questão.

Junto a este processo - onde já se prevê festejos oficiais e militares - teremos eleições para presidente, governadores/as, deputados/as federais/estaduais e senadores/as, que deverão definir os rumos políticos do Brasil para os próximos anos. Mas que pode ser também uma oportunidade para refletir e mudarmos esses rumos, elegendo candidatos e candidatas comprometidos com a vida e com os direitos da população, sobretudo os menos favorecidos.

Os desafios para as mudanças estruturantes, no horizonte de um Projeto de país Popular, estão colocados a partir das evidências de um Estado que põe a economia acima da vida, baseado no fundamentalismo religioso e cultural que exclui e extermina. Os sinais deste Estado, que afronta a solidariedade e os direitos humanos, estão traduzidos nas diversas formas de violência, geradas principalmente por uma mentalidade machista, homofóbica, racista, aporofóbica (que tem ódio a pobres).



Retrato de uma realidade de desigualdades fomentadas dentro do jogo político e econômico que prioriza a dívida pública. Para termos uma noção, no orçamento federal executado em 2021, o Brasil pagou R\$ 1,96 trilhões com juros e amortizações da dívida pública, o que representa um aumento de 42% em relação ao valor gasto em 2020. Quase

51% dos recursos públicos estão indo direto para esta finalidade. O que coloca a saúde, educação, assistência social, segurança pública... em um patamar de investimento mínimo, com impacto devastador nas condições cotidianas de vida das populações, especialmente as mais empobrecidas.

O Grito dos Excluídos e Excluídas aposta, com coragem e profetismo, na organização popular que está dinamizada através das muitas lutas por dignidade e justiça, que se fazem, a duras penas, em todo canto do Brasil. Lutas e organização, ainda mais indispensáveis neste ano, em que o cenário político exige capacidade de diálogo e construção de saberes para compreender a realidade e assim transformá-la.

Os Mutirões pela Vida estão aí e precisam ser fortalecidos com a elaboração do Projeto Popular, a partir do Brasil que Queremos e do Bem Viver dos Povos, que nos chamam a ocupar as ruas, as praças, os espaços urbanos e rurais, florestas e rios. Se faz necessário organizar e animar as esperanças, uma tarefa urgente para todos e todas nós, promovendo a educação popular e processos formativos que gerem autonomia e reflexões concretas de incidência/participação política.

Nesse mutirão do Grito não pode faltar ninguém!

A coordenação

BRASIL: 200 ANOS DE (IN)

OBJETIVOS:

1 Motivar e incentivar a criação de espaços de debate, formação, construção da unidade e reflexão sobre os 200 anos de exploração e resistência, nas comemorações da (In) dependência do Brasil (07/09/2022). Contribuir para o conhecimento e popularização da nossa história, em contraponto à história oficial. Denunciar este modelo que produz riqueza, gera desigualdades e exclusão.

2 Animar a mobilização de comunidades e grupos excluídos/as dos direitos básicos (saúde, educação, moradia, alimentação, segurança, transporte...) para descerem das arquibancadas, deixar de ser plateia e participar do jogo por mudanças estruturais. Mudanças que só virão de baixo para cima.

3 Promover espaços presenciais, virtuais, ou ainda de forma híbrida (rodas de conversa, encontros, reuniões, saraus, cirandas, concursos, imersões artísticas - teatro, música, dança, poesia, pintura, grafite, mural...) para socialização de saberes e lutas

loais; animar e alimentar sonhos e esperanças. E, assim, assumir compromissos na construção de um projeto popular de sociedade calcada nos pilares da soberania, independência e democracia. Onde a dignidade da vida esteja sempre em primeiro lugar.

4 Defender a mãe terra, rios e florestas e os direitos dos povos indígenas e quilombolas aos seus territórios. Defender o acesso à terra, teto e trabalho, seja no campo ou na cidade. Fortalecer a participação e o protagonismo das populações marginalizadas, negros, juventudes, mulheres, LGBTQIA+, como forças de mudança.

5 Animar a participação e compromisso com o mutirão pela Vida, promovido pela 6ª Semana Social Brasileira (SSB).

6 Resistir e ocupar os espaços públicos; garantir o sagrado direito de estar nas ruas e praças e de se manifestar, com os cuidados sanitários necessários.



Devisom Schirmer de Lima (concurso arte do 28º Grito)



Cleide da Silva Fernandes (concurso arte do 28º Grito)

progressiva; colocar a economia a serviço da vida e não do capital. Os movimentos sociais têm respostas e muitas experiências exitosas. Vamos fazer o nosso grito ser ouvido para transformar essa realidade.

2 - DÍVIDA PÚBLICA, DÍVIDAS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS

A dívida pública federal inclui o endividamento interno e externo do governo federal e é composta da emissão de títulos públicos pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal, que arrecada menos do que gasta. Em fevereiro de 2021, segundo dados oficiais, a dívida avançou 2,75%, atingindo os R\$ 5,198 trilhões, que até janeiro somava R\$ 5,059 trilhões.

Na última década, por exemplo, a dívida praticamente dobrou e já representa um impacto de mais de 50% nas despesas gerais da União. Além do que, estes volumosos pagamentos efetuados, em sua grande maioria, vão direto para os especuladores, grandes rentistas.

Para além dos números, a dívida re-

presenta perda de soberania e autodeterminação, com interferência nas decisões políticas e econômicas, privatizações e entrega do patrimônio público. Representa ainda um modelo de desenvolvimento que faz da degradação uma oportunidade de negócios que expropriam riquezas, desrespeitam os povos e a natureza. É a alavanca central do sistema, que acumula a riqueza gerada pela classe trabalhadora e entrega ao andar de cima, que se vê cada dia mais seletos e mais ricos.

Diante deste modelo econômico de espoliação, são necessárias ações concretas para questionar o conceito de dívida pública como elemento estruturante da economia de dependência e seu impacto na vida cotidiana: no preço da cesta básica, na falta de moradia digna, no não investimento em educação e saúde públicas, na privação de direitos dos povos e da natureza.

3 - EDUCAÇÃO POPULAR E TRABALHO DE BASE

É urgente construir um projeto educacional de base voltado ao fortalecimento

EIXOS

1 - VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

É urgente uma mudança de estruturas, não é mais possível suportar as formas destrutivas como o sistema opera contra a vida dos povos: indígenas e quilombolas, povo negro, das mulheres, das pessoas LGBTQIA+ e dos pobres de modo geral, vítimas maiores de um processo histórico de desigualdades sociais, que se arrasta desde o Brasil colônia.

As desigualdades sociais geram uma violência estrutural - que se propaga na

doméstica, de gênero, racial, econômica, policial, estatal - que exclui e mata através de práticas sociais, por muitas vezes, institucionalizadas, fazendo com que a maioria pobre alimente um sistema que gera riqueza para poucos.

O relatório "A desigualdade que Mata", da ONG Oxfam, lançado em janeiro de 2022, apontou que em meio à pandemia de Covid 19, a riqueza dos 10 homens mais ricos do mundo dobrou. Enquanto a renda dos 99% da base da sociedade caiu e milhões morreram desnecessariamente de uma doença infecciosa.

Temos que reverter esse quadro e saídas existem: investir em políticas públicas fortes contra a desigualdade; tributação

Expediente

Comissão 8/CNBB - SE/SUL - Quadra 801 - Conj B - 70200-014 - Brasília - DF - Fone (0xx61) 2103 83 23
Assessoria: Frei Olavo Dotto

PASTORAIS E ORGANISMOS:
PO - SPM - PPR - PCR - PAB - CPT - PJ - PJMP - CB - CNLB - PMM

ENTIDADES: CMP - MST - CNTE - MAB - Jubileu Sul Brasil - Romaria dos Trabalhadores - JOC - Rede Rua - SEFRAS - CEBs - 6ª SSB

Apoio:



OMI (Congregação dos Padres Oblatos de Maria Imaculada) - CNBB SUL 1 - Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição

Endereço da Secretaria do Grito dos Excluídos e Excluídas
Rua Caiambé, 126 - Ipiranga - 04264-060 - São Paulo - SP - Tel: (0xx11) 2272 06 27

Redes Sociais -

www.gritodosexcluidos.com
youtube.com/GritodosExcluidos
instagramcomgrito.dos.excluidos

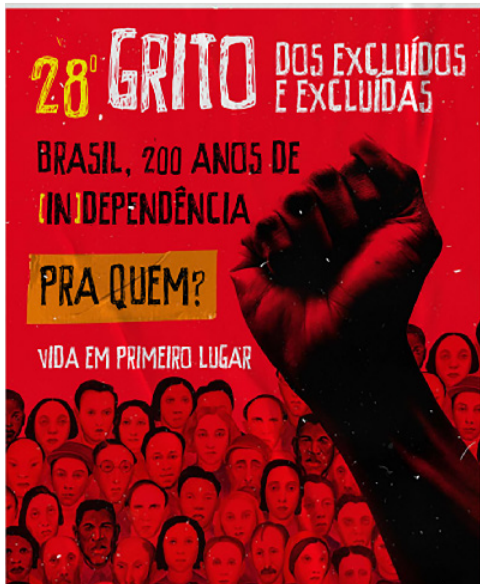
Tiragem

15 mil
exemplares

COLABORAÇÃO - Curso de Jornalismo da Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo

Diretor: Marcelo dos Santos
Coordenação de Jornalismo: Eduardo Grossi
Diretora de Graduação: Patricia Brecht Innarelli
Redação Multimídia: Eloiza Oliveira Frederico. (Mtb 32.144).
Projeto Gráfico e diagramação: José Reis Filho. (Mtb 12.350).

DEPENDÊNCIA. PARA QUEM?



Eduardo Guirro
(concurso arte do 28º Grito)

da sociedade, que deve ser justa, democrática e acolhedora, sobretudo das classes oprimidas e marginalizadas. Que promova a consciência de suas condições de vida e das raízes dos problemas que as afetam e possam desenvolver estratégias para concretizar as transformações sociais para terem uma vida melhor.

A educação popular parte do princípio de que toda história tem dois lados, a dos opressores e a dos oprimidos, por isso é uma ferramenta da organização popular, porque qualifica as pessoas que se dispõem a transformar este sistema opressor e excluyente pela raiz.

“Educar é promover nos sujeitos a capacidade de interpretar diferentes contextos em que estão inseridos, bem como qualificá-los e instrumentalizados para ação” (Paulo Freire).

Educação que extrapole os muros das escolas e entidades, que seja digna, gratuita, pública, popular, de base, de qualidade e ofertada a toda a população, “como direito de todos e dever do Estado e da família (artigo 205 da Constituição Brasileira).

É pela educação popular que incentivamos a participação das pessoas no processo de construção da nação, que leve em conta a realidade, os desafios e perspectivas das comunidades nos seus locais, num processo contínuo de formação, reflexão e ação. Processo que requer um trabalho de base presencial, que contribua para despertar a dignidade das pessoas e a confiança nos seus valores e potenciais. Assim como para a organização popular contra as injustiças e a exclusão, rumo à uma nova convivência entre os humanos e com a natureza, sem exploração, sem discriminações, sem preconceitos, sem destruição e degradação.

4 - SOBERANIA ALIMENTAR: AGRICULTURA FAMILIAR NO COMBATE À FOME E AO AGRONEGÓCIO

Em 2020, com a pandemia da Covid 19, pesquisa registrou que 19 milhões de brasileiros não tinham o que comer e 119 milhões estavam em situação de insegurança alimentar (Rede Penssan). Um grande retrocesso se lembrarmos que em 2014, ainda no governo de Dilma Rousseff, o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU.

De 2002 a 2013, a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação caiu em 82%, um cenário que começou a mudar em 2015, com a crise política e desmonte das políticas de segurança alimentar, que se estendeu por todo o governo de Michel Temer. Em 2018, o país voltou ao Mapa da Fome, situação que se agravou com as ações do governo Bolsonaro, desde 2019, que vem desmantelando órgãos e programas.

Ao mesmo tempo em que destrói a agricultura familiar, o governo federal privilegia o agronegócio, outro pilar da fome, atendendo interesses de empresários do setor que apoiaram a sua e outras campanhas de políticos que formam a bancada ruralista no Congresso Nacional.

A cada dois dias, uma pessoa morre por intoxicação de agrotóxicos no Brasil – cerca de 20% dessas vítimas são crianças e adolescentes de até 19 anos (Friends of the Earth Europe).

Para ser livre, um povo precisa ser soberano e essa soberania passa pelo direito de todos ao acesso a alimentos saudáveis. O que requer muita luta em defesa da agricultura familiar, pelo fim do uso de venenos, pela intensificação de ações emergenciais em rede de solidariedade no combate à fome que atinge com mais intensidade famílias chefiadas por mulheres, sobretudo negras, em todo o país, mas principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

5 - 3 TS TERRA, TETO E TRABALHO

A luta por terra-teto-trabalho levantada pelo Papa Francisco, assumida pela 6ª Semana Social Brasileira da CNBB, permanece como um grande desafio para os pobres. O cenário é de disputa pelo capital que se estabelece nas fronteiras da exploração de terras e do trabalho com situações análogas à escravidão; da especulação imobiliária, em conexão com as políticas urbanas que excluem o povo pobre do acesso à casa; ao trabalho e salário justo e aos direitos básicos.

No terceiro ano de pandemia, as principais necessidades vinculadas aos 3 Ts - Terra, Teto e Trabalho - se agravaram.

A capacidade do Estado e da sociedade civil em dar respostas a esses problemas foi quase nada, ou muito pouca. Aumenta o número de famílias em situação de rua ou que não conseguem pagar aluguel. Enquanto o programa de moradia “casa verde e amarela” não saiu do papel.

As poucas ofertas de emprego são, em maioria, com baixos salários e sem direitos; a precariedade das condições de trabalho e a informalidade aniquilam os trabalhadores/as em sua vida e organização; em 2021, foram resgatadas 1.937 pessoas em situação de escravidão contemporânea.

Os conflitos por terra no campo aumentaram, assim como os despejos, desmatamento e o avanço do garimpo ilegal. E, para completar a façanha da violência da carestia dos alimentos, em fevereiro o congresso brasileiro aprovou um projeto de lei que autoriza o uso de novos agrotóxicos.

A garantia do direito à terra, teto e trabalho por toda a população é o primeiro passo para pensar um projeto popular para o Brasil. Mas, não será tão fácil, porque ao mesmo tempo que são elementos fundamentais para manutenção da vida, são também usados e apropriados como meios de exploração do capital para gerar acumulação.

6 - DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A Constituição Federal, no artigo 1º, parágrafo único, diz que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente...”. Esse imperativo constitucional se configura como “democracia indireta ou representativa”. Estamos num ano eleitoral e mais uma vez muitos batem à nossa porta querendo nos representar, por meio do nosso voto. Com isso, delegamos a nossa responsabilidade democrática a uma pessoa para nos representar. Por quais motivos você vota em pessoas?

Ao longo das poucas décadas da democracia no Brasil, vimos que esse modelo tem duas falhas, pois transfere responsabilidades e não gera processos educativos em todos os setores da sociedade – falamos da democracia apenas na política estatal, enquanto ignoramos os espaços da vida em comum na sociedade, nas empresas, nas escolas, dentre outros.

Tem-se lutado muito para que a “democracia representativa” avance para a “democracia participativa”, em que, além de somente serem representados por políticos/as eleitos/as pelo voto direto, os cidadãos e cidadãs são ativos nas tomadas de decisões. Nesse sentido, foram construídos vários espaços legítimos de participação, como conselhos de direitos e fóruns,

nos mais diversos campos de atuação social.

Entretanto, os últimos governos têm minimizado a importância ou mesmo extinto tais conselhos, que necessitam da ação direta da sociedade civil. Outros meios fundamentais de participação, que também vêm sendo ignorados, são os plebiscitos, referendos, leis de iniciativa popular, audiências e consultas públicas sobre os principais temas que impactam a vida da população.

Antes de serem votados e definidos tão somente pelos representantes eleitos - vereadores, deputados, senadores - sobre que temas, reivindicações, obras, políticas públicas você gostaria de dar e valer a sua opinião? Você já se perguntou por que os Legislativos (Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Congresso e Senado) sempre votam projetos de leis importantes, na calada da noite?

7. DEFESA DOS TERRITÓRIOS

O território é o lugar onde se concretiza a vida, as relações, as lutas e a interação com a ecologia integral. Se constituem como espaço e tempo que compõem a identidade de um povo. Lugar de tradição, de cultura, de sacralidade que atravessa séculos, superando todo tipo de dificuldades. Extrapola as margens da terra e das águas.

Independente da importância desse lugar para povos que ali vivem - sejam territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, comunidades urbanas periféricas, dentre outros - os detentores do capital, fazendeiros, garimpeiros, petroleiros, madeireiros, agentes imobiliários... não poupam esforços para descaracterizar, criminalizar e se apossar desses territórios em detrimento das populações locais, num declarado avanço do capital.

A violência no campo, em grande parte, se dá nas disputas por esses territórios. Os povos são obrigados a defender eles mesmos seus espaços, já que o próprio governo federal autoriza a invasão de terras, inclusive com assassinato de lideranças, liberando e incentivando o armamento pesado para fazendeiros, grileiros, posseiros, garimpeiros, madeireiros e seus capangas.

O Brasil que queremos deve ser espaço de todos os povos e culturas que prezam pelo bem viver. No campo e cidade há grupos despejados de suas casas, suas culturas, suas relações de pertença e identidade, para dar lugar aos megaprojetos, que beneficiam o capital, avancem. Foi assim nas grandes cidades do Brasil no período da Copa do mundo. E agora, o que sobrou para o povo impactado por essas obras? O que nós podemos fazer para garantir o direito ao território dos povos?

FIQUE POR DENTRO

“ Mariama, que se acabe, mas se acabe mesmo a maldita fabricação de armas. O mundo precisa fabricar é paz. Basta de injustiça! Basta de uns sem saber o que fazer com tanta terra e milhões sem um palmo de terra onde morar. ”

(Dom Helder Câmara)

1. Para pensar

✓ Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) do DIEESE mostrou que, em fevereiro 2022, o valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou nas 17 capitais onde é realizada. Mais cara: R\$ 715,65 (São Paulo); R\$ 707,56 (Florianópolis); R\$ 697,37 (Rio de Janeiro). Mais barata: R\$ 516,82 (Aracaju); R\$549,20 (Recife); R\$ 549,33 (João Pessoa). Salário mínimo necessário para família com 4 pessoas: R\$ 6.012,18 (4,96 vezes o atual de R\$ 1.212,00).

✓ O Brasil tem 12 milhões de desempregados (IBGE), que somados ao “desemprego aberto”, pessoas que “fazem bicos” ou estão subocupadas, chegam a 29,1 milhões (25% da população). Já, a taxa do trabalho informal, mesmo com a retomada das atividades profissionais no contexto da pandemia, em fevereiro 2022, ficou em 40,2% (mais de 38 milhões de pessoas sem proteção laboral e previdenciária). Em junho de 2021, esse número chegou a 48,07% da população ocupada sem vínculos trabalhista. As condições de trabalho análogas à escravidão, em 2021, foram as maiores desde 2014, com o resgate de 1.937 pessoas, das quais, 89% no campo e 10% no urbano (Ministério do Trabalho e Previdência).

✓ Estudo do Inesc - “A Conta do Desmonte – Balanço Geral do Orçamento da União” mostra que, em 2021, o pior ano da pandemia, os recursos para enfrentar a Covid-19 caíram 79% em relação a 2020. A saúde perdeu R\$ 10 bilhões, em termos reais, entre 2019 e 2021 quando subtraídas as verbas destinadas ao Sars-CoV-2. A habitação de

interesse social não gastou qualquer recurso entre 2020 e 2021. A área de assistência para crianças e adolescentes perdeu R\$ 149 milhões entre 2019 e 2021, esse valor equivale a 39% do que foi gasto em 2021 e a educação infantil teve orçamento reduzido mais de quatro vezes em apenas três anos.

✓ Relatório da Oxfam “A Desigualdade Mata” (janeiro 2022) mostrou que 21.300 pessoas morrem todos os dias por problemas derivados das desigualdades, ou seja, uma pessoa a cada 4 segundos, em média. A fortuna de 252 homens mais ricos é maior que a riqueza combinada de todas as mulheres e meninas da África e América Latina e Caribe, que totalizam 1 bilhão de pessoas.

✓ Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostra que mais de 100 mil meninas e mulheres sofreram violência sexual entre março de 2020 e dezembro de 2021. Em 2021, o Brasil registrou um estupro a cada 10 minutos e um feminicídio a cada 7 horas.

✓ Pesquisa do Unicef que monitorou o impacto social da pandemia de Covid-19, no segundo e terceiro trimestres de 2021, estima que 39,5% das crianças e adolescentes no país enfrentam a pobreza monetária (falta de dinheiro). O problema se intensificou com a redução do valor das parcelas do auxílio emergencial. A pobreza monetária e a pobreza extrema (viver com menos de 2 dólares por dia) entre crianças não brancas registraram índices cerca de o dobro das brancas. Entre as regiões do Brasil, Norte e Nordeste foram mais afetadas.

2. Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras

Com o lema “Mãe Negra Aparecida, Rezamos e Lutamos em defesa da Vida!”, no dia 7 de Setembro, acontece no Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida/SP, a 35ª edição da Romaria, promovida pela PO e SPM, juntamente com o 28º Grito dos Excluídos e Excluídas.

3. 6ª Semana Social Brasileira (SSB)

Nesta 6ª edição da SSB – iniciada em 2020 e que segue até 2023 – o tema pautado é o “Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho”, com a proposta de construção do Projeto Popular “O Brasil que queremos: o Bem Viver dos Povos”, a partir do acúmulo das cinco edições anteriores. As SSB são convocadas pela CNBB e mobilizadas pela Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora, com a participação das Pastorais Sociais, Movimentos Populares, Igrejas Cristãs, as diversas Religiões, Associações, Sindicatos e Entidades de Ensino, na pluralidade cultural e étnica do Brasil. Vamos juntos neste mutirão!

4. Dicas de como construir o Grito

* Organizar e fortalecer equipes locais, estaduais e regionais para animar e divulgar o processo do 28º Grito, com a participação das camadas excluídas e vulneráveis que estão à margem da sociedade;

* É importante priorizar a simbologia, a linguagem simples, a criatividade, a mística, atividades artísticas (poesia, música, dança, teatro...); as imagens falam mais que textos e discursos;

* Procurar e incentivar professores/as e diretores/as de escolas locais a organizarem com estudantes concursos de redação, poesia, música, teatro, etc, a partir do lema do 28º Grito;

* Divulgar e promover os Dias D do Grito (que pode ser todo dia 7 de cada mês, antes e após o 7 de Setembro);

* Dar visibilidade ao Grito nas comunidades, cidades, dioceses, regionais e que cada local tenha sua programação, a partir de sua realidade e demandas;

* Trabalhar em sintonia e em conjunto com a 6ª Semana Social Brasileira e outras redes, de forma que somemos forças na construção de um novo projeto de sociedade, sem multiplicar agendas;

* Criar/reactivar equipes de comunicação locais para divulgar e animar o 28º Grito junto aos veículos de comunicação; Produzir pequenos vídeos (com depoimentos das bases sobre a realidade local); podcast; programas para rádios comunitárias; Cobrir as ações locais (textos, fotos, vídeos) e enviar os materiais produzidos para a secretaria do Grito para serem socializados em nível nacional (gritonacional@gmail.com ou pelo Grupo de WhatsApp de Articuladores/as); Realizar coletiva de Imprensa do Grito nos locais; Indicar um contato local para a Secretaria Nacional;

* O Grito é um processo de construção coletiva, é muito mais que um ato, é uma manifestação popular carregada de simbolismo, um espaço de animação e profecia, sempre aberto e plural de pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos populares comprometidos com as causas dos excluídos e excluídas.

5) MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO do 28º Grito

Jornal tabloide	R\$ 0,15
Cartaz.....	R\$ 0,50
Camiseta.....	R\$ 22,00
Roteiro de celebração.....	R\$ 0,25
Documentário 27º Grito (pen drive) contribuição	

Os pedidos devem ser feitos com antecedência para chegar em tempo: Rua Caiambé, 126, Ipiranga, SP, CEP: 04264-060 - Fone. (11) 2272-0627
E-mail: gritonacional@gmail.com